



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0021692-89.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **IP - 333/2012 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Wilian Gabriel Teixeira Moraes**
 Vítima: **Aureliano Ribeiro Netto (Representante Legal da empresa Athenas Paulista)**

Aos 02 de julho de 2014, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Rafael Amâncio Briozo – Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu Wilian Gabriel Teixeira Moraes, acompanhado de defensor, o Drº **Jose Carlos de Oliveira - 342696/SP**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação, duas testemunhas de defesa e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR**: MM. Juiz: Willian Gabriel Teixeira Moraes foi denunciado e processado como incurso na figura típica do art. 155, §4º, II, do Código Penal. Recebida a denúncia em 20 de novembro de 2012 (fls. 56), foi o réu citado (fls. 65) e interrogado nesta data. Resposta à acusação (fls. 67/73). Durante a instrução, foram ouvidos o representante da vítima e três testemunhas arroladas pelas partes. A ação penal deve ser julgada parcialmente procedente. A materialidade do delito encontra-se devidamente comprovada pelos documentos de fls. e pela prova oral colhida em Juízo. A autoria também é certa, já que o réu confessou em Juízo a prática do crime. Com efeito, o réu exercia as funções de cobrador de ônibus da empresa vítima. Valendo-se dessa condição, e utilizando o cartão de gratuidade de sua mãe, o réu subtraía o dinheiro da passagem dos passageiros. Para a fraude, o réu recebia o dinheiro da passagem e liberava a entrada dos passageiros utilizando-se do cartão de sua mãe. Bem verdade que as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, embora tenham afirmado que o réu de fato valeu-se da utilização do cartão para a liberação da catraca, disseram que não o viram se apropriar do dinheiro. Ocorre que não haveria qualquer sentido na utilização do cartão a esmo, liberando-se a catraca sem qualquer motivo. Ademais, o réu confessou o crime. Inconteste, portanto, o furto, que se realizava mediante fraude. A qualificadora do abuso da confiança, de seu lado, não restou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

demonstrada. Isso porque o réu gozava exclusivamente da confiança ínsita às funções por ele exercidas em decorrência do vínculo empregatício, sem qualquer outro componente que permita a incidência da qualificadora. Assim, praticou o réu fato típico e ilícito. Inexistindo causas excludentes da ilicitude ou dirimentes da culpabilidade a condenação é de rigor. O réu é tecnicamente primário e as circunstâncias do fato são comuns ao delito que lhe é imputado, de modo que a pena deve ser fixada no patamar mínimo, substituída por restritiva de direitos e estipulado o regime inicial aberto para seu cumprimento.

Dada a palavra à DEFESA: "MM. Juiz: a defesa apresenta alegações em três páginas e faz o seguinte acréscimo: tendo em vista que as testemunhas confessaram ter conhecimento dos desvios de valores e prova nos autos de fls.07/26, rastreamento de uso de cartão por parte do autor, e as testemunhas trabalharam em lugares diversos, de tal forma não ter conhecimento dos ilícitos, tendo em vista que o réu se arrepende profundamente dos acontecidos, vem a esse douto juízo requerendo uma sentença absolutória. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**" VISTOS. WILLIAN GABRIEL TEIXEIRA MORAIS, qualificado as fls.38 e 41, agindo nas mesmas condições de tempo, local e maneira de execução, com abuso de confiança e fraude, subtraiu para si, através de um cartão de passagens, a quantia aproximada de R\$2.700,00, pertencente à empresa Athenas Paulista. Recebida a denúncia (fls.56), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.85). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação, duas testemunhas de defesa e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a absolvição por falta de provas. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. A prova documental (fls.10/35) também reforça a confissão, na qual o réu admite a fraude de utilizar o cartão de sua mãe idosa para liberar a catraca do ônibus no qual era cobrador, ficando com o dinheiro da empresa que não recebia a subtração. Foram várias vezes que isso aconteceu. A fraude está bem caracterizada. O réu demonstrou arrependimento e em seu favor existe a atenuante da confissão. As provas são suficientes para a condenação, não obstante argumentos da Ilustre defesa. O arrependimento, por si só, não permite a absolvição e configura a atenuante mencionada. Exclui-se a qualificadora do abuso de confiança, como bem observado pela promotoria, posto que a função do réu já pressupunha, de plano, a confiança da empresa, não sendo motivo determinante para o crime ou circunstância diversa da própria fraude. Ante exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Willian Gabriel Teixeira Moraes como incurso no artigo 155, §4º, II, art.65, III, "d", c.c. artigo 71, do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão, que não pode trazer a sanção abaixo do teto mínimo. Pelo crime continuado, com grande número de infrações admitidas pelo próprio réu no interrogatório (mais de vinte vezes), elevo a pena em dois terços, perfazendo a pena definitiva de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 16 (dezesseis) dias-multa, no mínimo legal. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**. Presentes os requisitos legais,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

substituo a pena privativa de liberdade por: **a) uma de prestação pecuniária, no valor de um salário mínimo e meio, em favor de entidade com destinação social na Comarca de São Carlos, a ser oportunamente indicada;** **b) uma de multa, fixada em 15 (quinze) dias-multa, no mínimo legal.** O réu poderá apelar em liberdade. Custas na forma da lei. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor:

Réu: